

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Desafios e tensões na inserção da educação sexual no contexto escolar e familiar.

HIAGOR BRUNO FERREIRA

MARIANA, MG

2025

HIAGOR BRUNO FERREIRA

Desafios e tensões na inserção da educação sexual no contexto escolar e familiar.

Trabalho de Conclusão de Curso - artigo,
apresentado como requisito para aprovação na
disciplina de SeminárioVII: Conclusão de Curso.
Prof.Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos. Orientadora:
Prof. Dr. Apolônia de Jerusalém Ferreira Silva.

MARIANA, MG
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383d Ferreira, Hiagor Bruno.

Desafios e tensões na inserção da educação sexual no contexto escolar e familiar. [manuscrito] / Hiagor Bruno Ferreira. - 2025.
29 f.

Orientadora: Profa. Dra. Apolônia de Jerusalém Ferreira Silva.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Educação Sexual. 2. Escolas. 3. Famílias. I. Silva, Apolônia de
Jerusalém Ferreira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.015.3:613.88

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS COLEGIADO
DO CURSO DE PEDAGOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Hiagor Bruno Ferreira

Desafios e tensões na inserção da educação sexual no contexto escolar e familiar.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 14 de abril de 2025

Membros da banca

Doutora - Apolônia de Jerusalém Ferreira Silva - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto) Doutor -
Erisvaldo Pereira dos Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Apolônia de Jerusalém Ferreira Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria da Exaltacao Coutrim, COORDENADOR(A) DO CURSO DE PEDAGOGIA**, em 09/05/2025, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0906526** e o código CRC **C64236C2**.

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e sabedoria concedidas ao longo desta jornada. À minha família, pelo amor incondicional, paciência e apoio em todos os momentos. Aos meus amigos, que me incentivaram e me ajudaram a seguir em frente nos momentos mais difíceis.

Aos meus professores e orientadores, que compartilharam seu conhecimento e me guiaram com dedicação e inspiração. Agradeço também a todos os colegas e participantes desta pesquisa, cuja colaboração foi essencial para a realização deste trabalho.

Por fim, sou grato a cada experiência e desafio encontrado neste percurso, pois me tornaram mais forte e determinado.

Resumo

As dificuldades de inserir a educação sexual no contexto escolar e familiar geram tensões nesses contextos. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela escola e pela família na transmissão de conhecimentos sobre educação sexual, considerando fatores culturais, sociais e institucionais que impactam sua implementação. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada em revisão bibliográfica, investiga a influência de documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Saúde na Escola (PSE), sobre o tratamento do tema nas escolas. Além disso, busca compreender os obstáculos encontrados por docentes e famílias, explorando barreiras culturais, sociais e institucionais que dificultam o diálogo estruturado sobre sexualidades. Os resultados apontam que a BNCC não faz menção direta à educação sexual, o que pode restringir sua aplicação pedagógica, enquanto o PSE propõe ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva, mas enfrenta desafios na prática. Ademais, destaca-se a resistência de algumas famílias, muitas vezes influenciada por valores culturais e religiosos, dificultando a construção de um espaço de diálogo. O estudo sugere a necessidade de uma maior articulação entre escola e família, além da implementação de estratégias interdisciplinares e da formação continuada de docentes, a fim de fortalecer a abordagem da educação sexual de maneira contextualizada, inclusiva e informativa.

Palavras-chave: Educação Sexual; Família; Escola; Diálogo.

Abstract

The challenges of integrating sexual education into school and family contexts generate tensions in these settings. This study aims to analyze the difficulties faced by schools and families in transmitting knowledge about sexual education, considering cultural, social, and institutional factors that impact its implementation. This qualitative research, based on a bibliographic review, investigates the influence of normative documents, such as the *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) and the *Programa Saúde na Escola* (PSE), on the treatment of the topic in schools. Additionally, it explores the obstacles encountered by teachers and families, addressing cultural, social, and institutional barriers that hinder a structured dialogue on sexualities. The findings indicate that the BNCC does not directly mention sexual education, which may limit its pedagogical application, whereas the PSE proposes actions focused on sexual and reproductive health but faces challenges in practice. Furthermore, some families' resistance, often influenced by cultural and religious values, makes it difficult to establish a space for dialogue. The study suggests the need for greater coordination between schools and families, as well as the implementation of interdisciplinary strategies and continuous teacher training, to strengthen the approach to sexual education in a contextualized, inclusive, and informative manner.

Keywords: Sexual Education; Family; School; Dialogue.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
METODOLOGIA.....	13
SUBTÍTULO I: EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
SUBTÍTULO II: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO SEXUAL: BARREIRAS E ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

Introdução

A Educação Sexual, no contexto brasileiro, é um campo do conhecimento que envolve a construção de entendimentos sobre as sexualidades humanas, abrangendo temas como identidade de gênero¹, direitos sexuais e reprodutivos², prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)³ e gravidez na adolescência⁴. Nesse sentido, este estudo analisa os desafios enfrentados pela escola e pela família na transmissão de conhecimentos sobre educação sexual, considerando fatores culturais, sociais e institucionais que impactam sua implementação. Além disso, investiga como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Saúde na Escola (PSE) influenciam a maneira como este objeto de estudo é compreendido nas escolas e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino e pelas famílias nesse processo.

A discussão sobre educação sexual no Brasil tem sido marcada por debates políticos, religiosos e ideológicos que influenciam diretamente sua forma de tratamento nas escolas e nas famílias. Embora as sexualidades sejam uma dimensão inerente ao ser humano, ainda há resistências à sua discussão no ambiente educacional, principalmente em contextos mais conservadores. Essa

¹Identidade de gênero: Refere-se a experiência interna e individual de gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Envolve a forma como a pessoa se identifica e se expressa socialmente. (<https://www.cig.gov.pt>).

² Direitos sexuais e reprodutivos: Dizem respeito à liberdade e autonomia das pessoas para tomar decisões sobre sua vida sexual e reprodutiva, incluindo o direito ao acesso a informações de qualidade, serviços de saúde adequados e métodos contraceptivos. Esses direitos envolvem também o respeito à identidade, à orientação sexual e à possibilidade de vivenciar as sexualidades sem coerção ou violência. (Corrêa; Rosalind, 1996).

³ infecções sexualmente transmissíveis (ISTs): São doenças provocadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, cuja principal forma de transmissão ocorre por meio de relações sexuais sem proteção, seja vaginal, anal ou oral. Algumas das ISTs mais comuns incluem sífilis, gonorréia, HIV e HPV. (Ministério da Saúde, 2018).

⁴Gravidez na adolescência: refere-se à gestação que ocorre em jovens com idade até 18 anos. Esse fenômeno é frequentemente discutido como um problema social e de saúde pública, associado a desafios como abandono escolar, dificuldades econômicas e impactos na saúde materno-infantil. No entanto, estudos apontam que a gravidez nessa fase da vida não é sempre indesejada ou acidental, variando conforme fatores sociais e culturais (Montardo, 2004).

resistência impacta não apenas a formação dos/das adolescentes⁵, mas também a própria construção de políticas públicas voltadas para a educação sexual, como a BNCC e o PSE.

Para a realização deste trabalho, foram analisados alguns artigos publicados nos últimos dez anos, disponíveis nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com base em uma revisão bibliográfica. O recorte temporal de uma década foi escolhido para acompanhar as mudanças e avanços no campo da educação sexual, considerando as transformações sociais, culturais e científicas que influenciam a maneira como este objeto de estudo é explorado nas escolas e nas famílias. Além disso, foram considerados documentos normativos que orientam a educação sexual no Brasil, como a BNCC e o PSE, buscando compreender como essas diretrizes impactam (ou limitam) sua implementação nas escolas.

No que diz respeito à BNCC, homologada em 2017, tornou-se relevante analisá-la para verificar de que modo o documento trata a educação sexual no contexto escolar. Embora a BNCC não mencione o termo "educação sexual", ela reforça a necessidade de incentivar o respeito à diversidade e aos direitos humanos, princípios que dialogam diretamente com este objeto de estudo.

A BNCC (Brasil, 2017) destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de saberes, vivências culturais e identidades⁶, promovendo o respeito

⁵ No que se refere à adolescentes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) a define como o período entre 10 e 19 anos, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) delimita entre 12 e 18 anos (Brasil, 1990). Essa fase é marcada por transformações biopsicossociais significativas que influenciam diretamente o desenvolvimento dos indivíduos. Segundo Osório (1992), essas mudanças incluem aspectos físicos, como o amadurecimento sexual e o crescimento corporal acelerado, envolvendo a busca por identidade, autonomia e sociais, evidenciados pela redefinição das relações familiares e pelo aumento da influência dos pares. Além disso, Tiba (1985) destaca que, ao longo desse processo, ocorrem transformações emocionais e sociais que impactam a forma como o adolescente percebe a si mesmo e se relaciona com os outros.

⁶ Identidade: Refere-se ao conjunto de características que garantem a continuidade e a singularidade de um indivíduo ou grupo dentro de um contexto social. Apesar de sua raiz etimológica associada à permanência, a identidade é compreendida atualmente como um processo dinâmico, marcado por mudanças, rupturas e adaptações. Além disso, a identidade não é construída de forma isolada, mas

às diferenças e aos direitos humanos. O documento aborda temas relacionados à diversidade e ao respeito mútuo, especialmente dentro da área de Ciências no Ensino Fundamental e Médio. Pesquisadores como Sartori (2022) analisam a marginalização da educação sexual na BNCC, apontando que, embora o documento incentive o respeito à diversidade, a ausência do termo pode limitar abordagens sobre o tema nas práticas pedagógicas. De maneira similar, Araújo (2021) propõe a inserção da disciplina 'Educação para Sexualidade' como componente eletivo no currículo da Educação Básica, buscando suprir a omissão do tema na BNCC. No entanto, sua natureza facultativa não garante que todas as escolas a implementem, mantendo a lacuna na abordagem sistêmica da educação sexual no ambiente escolar. A "abordagem sistêmica", por sua vez, implica em integrar a educação sexual de forma contínua e coordenada ao currículo escolar, tratando o tema de maneira transversal, em todas as áreas e com a participação de toda a comunidade escolar, sem depender de disciplinas optativas.

Em relação ao Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, busca suprir algumas lacunas deixadas pela BNCC ao integrar ações de promoção do bem-estar no ambiente escolar, incluindo atividades relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Diferente da BNCC, o PSE explicita a necessidade de trabalhar com estes temas, enfatizando a importância da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o acesso a métodos contraceptivos e o combate à violência sexual.

O PSE se propõe a articular ações entre o setor educacional e a área da saúde, buscando fortalecer o desenvolvimento integral dos/das estudantes. Além disso, a implementação do programa enfrenta desafios relacionados à resistência sociocultural e à falta de integração entre família e escola (Ataliba; Mourão, 2018). Diante disso, compreender os entraves enfrentados pelo PSE contribui para ampliar os entendimentos sobre a relação entre políticas públicas e a abordagem da educação sexual no ambiente escolar.

sim em interação com a sociedade, sendo influenciada por fatores históricos, culturais e sociais. ([https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$identidade-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$identidade-(sociologia))) [consultado em 25/03/2025]

Estudos como o de Barbosa *et al.* (2019) evidenciam que o tratamento das sexualidades nas escolas ainda ocorre de forma fragmentada, geralmente restrita a aspectos biológicos e preventivos, sem contemplar suas dimensões sociais, culturais e emocionais. Esse cenário reforça a dificuldade de implementação de uma educação sexual ampla e integrada. Os autores destacam, ainda, que tanto a BNCC quanto o PSE não asseguram uma aplicação da educação sexual, pois sua efetividade depende da interpretação e da adesão dos/das docentes e gestores/gestoras escolares.

Junto aos desafios institucionais, a participação das famílias na educação sexual dos/das adolescentes também enfrentam obstáculos. Segundo Ricardo *et al.* (2023), apesar do interesse dos/das adolescentes em discutir o tema, a falta de diálogo entre escola e família prejudica o apoio necessário para tratar das questões relacionadas às sexualidades. Essa falta de comunicação evidencia a necessidade de um diálogo mais estruturado entre escola e família, o que permitiria uma abordagem mais abrangente da educação sexual. Assim, compreender as dificuldades enfrentadas por escolas e famílias na implementação da educação sexual é fundamental, considerando as barreiras culturais, sociais e institucionais envolvidas.

A escolha por este objeto de estudo está diretamente relacionada à minha orientação sexual. Como homem gay, enfrentei desafios para compreender meus sentimentos e minha sexualidade, principalmente devido à ausência de diálogo sobre o assunto na família e na escola. Essa lacuna tornou o processo de autoconhecimento solitário e repleto de incertezas. Por isso, considero relevante que as famílias desenvolvam uma comunicação acolhedora e informativa com seus/suas filhos/filhas, criando um ambiente de troca acessível ao diálogo. Oliveira *et al.* (2017) destacam que a falta de diálogo sobre as sexualidades no ambiente familiar pode levar adolescentes a buscarem informações em fontes não confiáveis, o que reforça a importância da família como mediadora desse processo.

Diante disso, este estudo foi estruturado em dois subtítulos. O primeiro analisa BNCC e o PSE, examinando como esses documentos normativos

influenciam a abordagem da educação sexual nas escolas. O segundo subtítulo discute os desafios enfrentados pelas escolas e famílias, destacando as dificuldades de comunicação, as barreiras culturais e institucionais e as possíveis estratégias para fortalecer essa relação. Nesse sentido, o apoio à família para esse tipo de diálogo se configura como um caminho para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, inclusiva e responsável, no qual as sexualidades são tratadas com respeito e liberdade.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com foco na revisão bibliográfica, a fim de analisar como a educação sexual tem sido tratada no contexto escolar e familiar. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais considerando as interpretações dos sujeitos envolvidos e as condições que possibilitam determinadas práticas e discursos. Dessa forma, este estudo não pretende apenas descrever o que já foi produzido sobre este objeto de estudo, mas também problematizar os modos como essas produções são construídas e suas implicações na educação.

A pesquisa foi realizada utilizando os descritores 'Educação Sexual', 'Escola', 'Família' e 'Diálogo' na base CAPES. A busca com os quatro descritores resultou em vinte artigos. No entanto, foram selecionados apenas aqueles que problematizam a educação sexual nos contextos escolar e familiar, para que a seleção estivesse voltada para a temática deste estudo. Na base SciELO, a combinação dos quatro descritores não retornou resultados, já ao utilizar apenas três termos, foi encontrado um único artigo: "O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância", de Garbarino (2021), que foi selecionado por sua análise sobre os preconceitos relacionados à educação sexual na infância e sua relação com a escola e a família.

Junto à análise de artigos científicos, foram considerados documentos normativos que orientam a abordagem da educação sexual no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a política pública - Programa Saúde na

Escola (PSE). Segundo Galvão (2011), a revisão bibliográfica possibilita não apenas o mapeamento da produção acadêmica sobre um objeto de estudo, mas também a articulação dessas produções com políticas públicas e diretrizes institucionais. Assim, a inclusão desses documentos contribuem para a compreensão da institucionalização da educação sexual no país e dos desafios que permeiam sua efetivação no cotidiano escolar.

A pesquisa também se sustenta em pressupostos das metodologias pós-críticas, que questionam a produção do conhecimento como algo neutro e absoluto. De acordo com Meyer e Paraíso (2014), a pesquisa pós-crítica não busca apenas descrever fenômenos, mas sim problematizar as condições que os tornam possíveis. No contexto deste estudo, esse enfoque permite compreender a educação sexual não como uma prática isolada, mas como um campo de disputas discursivas, influenciado por fatores históricos, culturais e políticos. Dessa forma, analisamos não apenas o que é dito sobre a educação sexual nos documentos e na literatura acadêmica, mas também os silenciamentos e as resistências que envolvem essa temática.

A inclusão da perspectiva pós-crítica possibilita questionar a maneira como a educação sexual tem sido abordada nas escolas e nas políticas públicas, identificando contradições e desafios em sua implementação. Ademais, contribui para a problematização das relações de poder que atravessam esse debate, considerando as tensões entre diferentes atores educacionais e sociais. Como afirma Flick (2009), a pesquisa qualitativa permite compreender as camadas mais complexas de um fenômeno social, explorando os aspectos subjetivos.

Dito isso, o estudo busca ampliar a compreensão sobre a relação entre escola, família e políticas públicas na educação sexual, destacando os desafios enfrentados para estabelecer práticas educativas que incentivem o diálogo e a colaboração entre todos os envolvidos. A análise dos materiais selecionados não tem como objetivo apresentar respostas definitivas, mas sim abrir novos caminhos e possibilidades para integrar a educação sexual de maneira crítica e contextualizada no ambiente escolar.

Subtítulo I: Educação Sexual no Brasil: Diretrizes Institucionais e Políticas Públicas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, estabelece diretrizes para a educação básica no Brasil, orientando as escolas na construção de seus currículos. No entanto, a ausência do termo "educação sexual" no documento demonstra uma abordagem que, embora promova o respeito à diversidade e aos direitos humanos, não explicita o debate sobre sexualidades no ambiente escolar. Como apontam Sartori (2022) e Araújo (2021), esse silêncio pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas que abordem o tema de forma mais aplicável à realidade dos estudantes.

Embora a BNCC apresente diretrizes voltadas para a diversidade e os direitos humanos, o documento não especifica claramente como a educação sexual deve ser apresentada nas escolas. A falta dessa orientação direta e detalhada gera diferentes interpretações entre os/as gestores/gestoras, educadores/educadoras e famílias sobre a inclusão deste objeto de estudo no currículo. Sem um direcionamento, há o risco de que a educação sexual seja discutida de forma fragmentada ou, em alguns casos, até deixada de lado nas escolas.

A relação entre escola e família na tratativa das sexualidades também é impactada pela indefinição da BNCC sobre este objeto de estudo. Sem diretrizes claras, as escolas podem enfrentar resistências ao tentar promover debates sobre educação sexual, especialmente em contextos influenciados pelo conservadorismo, que busca limitar ou excluir esses temas do currículo escolar. Como destacam Araújo e Lara (2019), o movimento conservador no Brasil tem buscado enfraquecer o debate sobre gênero e sexualidades nas escolas, transferindo a responsabilidade para as famílias e perpetuando tabus e desinformação. Garbarino (2021) também enfatiza que a omissão do tema na adolescência contribui para a perpetuação de estigmas e dificuldades na construção de um conhecimento crítico sobre as sexualidades.

Em contextos conservadores, a inclusão da educação sexual nas escolas pode ser vista como uma ameaça aos valores tradicionais, principalmente aqueles

ligados à moralidade e aos papéis de gênero estabelecidos. Para alguns, o debate referente às sexualidades representa um desafio às normas familiares e sociais, gerando resistência. Essa resistência pode levar à exclusão do tema do currículo escolar, pois existe o receio de que o ensino sobre sexualidades possa influenciar ou modificar as crenças e atitudes dos/das adolescentes em relação a questões fundamentais de identidade e comportamento, que são tradicionalmente discutidas no âmbito familiar.

De acordo com Furlanetto *et al.* (2018), as sexualidades não são um aspecto isolado do indivíduo, mas um processo contínuo que se desenvolve ao longo da vida, sendo influenciado por fatores sociais, culturais e educacionais. Dessa forma, a maneira como os/as adolescentes vivenciam e compreendem essa fase da vida pode impactar diretamente sua saúde mental e suas relações interpessoais.

Embora o PSE tenha uma proposta abrangente, sua implementação encontra desafios, especialmente no que se refere à formação dos profissionais da educação e da saúde que atuam diretamente com os/as adolescentes. O PSE prevê a participação de professores/professoras, coordenadores/coordenadoras pedagógicos/pedagógicas, profissionais da atenção primária à saúde e equipes gestoras na realização de atividades voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva. No entanto, dificuldades estruturais e resistências institucionais, incluindo a oposição de comunidades escolares que ainda vêem a educação sexual como um tema controverso, tendem a comprometer sua efetividade (Brasil, 2007)

Moizés e Bueno (2010) apontam que a forma como os/as professores/professoras compreendem as sexualidades impacta diretamente a maneira como abordam o assunto em sala de aula, evidenciando a necessidade de uma formação continuada para aqueles que atuam no programa. A ausência de um espaço formativo que dialogue com as experiências e inquietações dos profissionais da educação pode levá-los a reproduzir discursos normativos e biologistas, desconsiderando as múltiplas dimensões das sexualidades. Dessa forma, a educação sexual corre o risco de ser apresentada de maneira desconexa, sem

abarcas as vivências dos/das estudantes ou permitir que suas dúvidas sejam discutidas.

Nesse sentido, a formação continuada dos profissionais da educação não deve se restringir à transmissão de conteúdos técnicos, mas possibilitar um olhar mais sensível e contextualizado para as questões que atravessam as sexualidades na adolescência. O PSE prevê a participação ativa dos/das professores/professoras na promoção da saúde sexual e reprodutiva, mas as influências de concepções individuais podem comprometer a efetividade dessas ações. Para que a educação sexual ocorra de maneira significativa, é necessário que os/as docentes tenham acesso a processos formativos que os/as ajudem a construir abordagens mais amplas sem restringir a uma única sexualidade.

A proposta do PSE de estabelecer um diálogo entre saúde e educação é um avanço significativo, mas sua efetividade depende da articulação entre professores/professoras, gestores/gestoras escolares, profissionais da saúde e representantes da comunidade local. O envolvimento desses atores se faz necessário para assegurar que as ações do programa sejam implementadas de maneira contínua e integrada ao cotidiano escolar. As políticas públicas voltadas à educação sexual incluem diretrizes e programas governamentais que regulamentam e orientam a abordagem deste objeto de estudo nas escolas e nos serviços de saúde.

No entanto, por serem influenciadas por diferentes setores da sociedade, sua aplicação deve levar em conta os diversos discursos que circulam no espaço público. Quando essa diversidade de perspectivas não é considerada, há o risco de interpretações equivocadas, levando à distorção dos objetivos dessas políticas ou até ao esvaziamento de seu conteúdo, o que pode comprometer o acesso dos/das adolescentes a informações seguras e embasadas.

Outro ponto relevante na análise da BNCC e do PSE é a forma como ambos demonstram as diferentes concepções das sexualidades. Enquanto a BNCC evita o uso de termos como "gênero" e "educação sexual", o PSE explicita a necessidade

de trabalhar esses conceitos dentro de uma perspectiva de direitos. Essa discrepância entre os documentos apontam as disputas políticas em torno do tema e cria dificuldades para a construção de uma abordagem na escola.

A ausência de diretrizes também impacta a interação com as famílias. Quando a educação sexual não é abordada de forma clara na BNCC, as escolas podem enfrentar dificuldades para justificar sua metodologia aos responsáveis. Isso pode levar à descontinuidade das ações ou até mesmo à sua eliminação do espaço escolar, reforçando a idéia de que as sexualidades são um tema a ser tratado exclusivamente no ambiente familiar.

Essa disputa sobre o espaço legítimo para a discussão da educação sexual expressa uma relação de poder, na qual setores conservadores buscam transferir integralmente essa responsabilidade para as famílias, retirando das escolas a possibilidade de abordar o tema de maneira pedagógica. Essa visão parte da idéia de que as sexualidades devem ser ensinadas de acordo com os valores morais de cada família, muitas vezes reforçam modelos tradicionais de gênero.

Assim, impede-se que a escola apresente um debate mais crítico sobre este objeto de estudo, mantendo o controle sobre quais informações chegam aos adolescentes. Como apontam Araújo e Lara (2019), essa imposição tem impactos negativos, pois desconsidera que muitas famílias não possuem acesso a certas informações ou se sentem despreparadas para abordar as sexualidades de forma educativa. Pois, esse despreparo se manifesta na falta de vocabulário apropriado para tratar das sexualidades sem constrangimento, no desconhecimento sobre direitos sexuais e reprodutivos e na idéia equivocada de que falar sobre sexo incentiva a prática precoce.

Somado a isso, ao restringir a discussão ao espaço doméstico, corre-se o risco de que as famílias transmitam apenas suas crenças e valores tradicionais, baseados em um modelo conservador. Isso dificulta a compreensão das sexualidades, deixando muitos/muitas adolescentes sem clareza sobre sua identidade, prejudicando a aceitação de si mesmos.

O PSE também busca ampliar a discussão sobre bem-estar para além do ambiente escolar, envolvendo a comunidade e estabelecendo parcerias com unidades de saúde. Essa proposta tem o potencial de fortalecer a relação entre escola e família, mas sua efetividade depende da colaboração entre todos os envolvidos. Para que isso aconteça, é importante que as ações sejam bem planejadas, com objetivos comuns entre escola, família e profissionais de saúde. Aliás, a troca constante de informações, a transparência nas decisões e o diálogo contínuo, são necessários para superar desafios e promover que todos trabalhem juntos na implementação do programa.

Dessa forma, ao analisar a BNCC e o PSE, percebe-se que, enquanto um documento tende a silenciar a educação sexual, o outro busca incorporá-la dentro de uma proposta de saúde pública. No entanto, sem uma política educacional bem definida, o debate segue fragmentado e suscetível a disputas ideológicas, o que impacta diretamente sua implementação nas escolas.

Subtítulo II: Desafios na Educação Sexual: Barreiras e Estratégias para Fortalecer a Relação Escola-Família.

A construção de um ambiente que favoreça o diálogo sobre educação sexual entre família e escola pressupõe estratégias que respeitem as diferentes perspectivas e subjetividades⁷ envolvidas, considerando que a identidade dos sujeitos se constrói a partir de processos sociais e históricos, como argumenta Hall (2006). Segundo o autor, a identidade não é fixa, mas sim construída na interação com discursos e contextos culturais. Essa perspectiva reforça a importância de abordagens que reconheçam a diversidade de experiências de adolescentes, famílias e professores/professoras na educação sexual; reconhecendo que cada sujeito – seja adolescente, família ou professor/professora – carrega experiências,

⁷ Subjetividade: Conjunto de experiências, percepções e emoções que constituem a identidade de um sujeito e sua forma de interpretar o mundo. Está ligada à construção social e psíquica dos indivíduos. (Foucault, 1984).

crenças e vivências singulares, que influenciam sua relação com as sexualidades e com o próprio aprendizado.

Nos últimos anos, a relevância da educação sexual tem ganhado destaque, especialmente no que tange à participação da família e da escola nesse processo. Porventura, a colaboração entre essas duas instâncias essenciais tem se mostrado relevante para proporcionar aos adolescentes um entendimento mais amplo e saudável das sexualidades, favorecendo a tomada de decisões mais conscientes e responsáveis. Quando bem conduzida, a educação sexual contribui para que adolescentes superem preconceitos e estereótipos, permitindo-lhes uma vivência mais consciente e respeitosa das sexualidades (Gonçalves;Silva, 2006).

Contudo, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades em abordar o tema das sexualidades com seus/suas filhos/filhas, o que pode estar relacionado a crenças culturais, tabus ou mesmo à falta de informação sobre como iniciar esse diálogo. Os tabus, compreendidos como normas implícitas que restringem determinados temas por serem considerados inapropriados ou constrangedores, acabam reforçando o silêncio dentro do ambiente familiar e perpetuando a idéia de que as sexualidades devem ser um assunto evitado. Em diversas situações, as famílias não tiveram acesso a informações sobre sexualidades em sua própria formação e, por isso, sentem-se inseguras para abordar esse tema dentro de casa (Couto;Miranda, 2022).

A resistência das famílias também está atrelada à influência de valores religiosos e culturais, que podem restringir a discussão sobre sexualidades ao casamento heteronormatividade e reprodutivo (Ricardo *et al*, 2023). Em muitos casos, esses valores limitam a compreensão das sexualidades a um modelo tradicional, no qual a relação entre um homem cis⁸ e mulher cis⁹ dentro do casamento, é vista como a única forma válida de expressão sexual. Esse modelo

⁸ Homem cis: Pessoa designada do sexo masculino ao nascer e que se identifica com o gênero masculino ao longo da vida. (Bagagli;Vieira, 2021).

⁹ Mulher cis: Pessoa designada do sexo feminino ao nascer e que se identifica com o gênero feminino ao longo da vida. (Bagagli;Vieira, 2021).

ênfatiza a função reprodutiva das sexualidades, desconsiderando outras formas de vivência e expressão afetiva e sexual.

Essas concepções limitadas sobre sexualidades desconsideram a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, dificultando a aceitação e a discussão desses temas no ambiente familiar. Como consequência, ao não reconhecer as múltiplas realidades das vivências sexuais e de gênero, essas famílias acabam limitando a liberdade de seus/suas filhos/filhas para explorar, entender e expressar suas próprias identidades de forma autêntica, ou seja, de acordo com o que sentem e compreendem sobre si mesmos, sem imposições ou medos, permitindo que se reconheçam. Então, esse contexto pode criar um ambiente de silêncio e inibição, no qual adolescentes LGBTTTQIAPN+¹⁰ enfrentam ainda mais barreiras para se comunicar com seus familiares sobre suas experiências e questões relacionadas às sexualidades.

A ausência de diretrizes sobre educação sexual na BNCC gera desafios para a atuação docente, deixando o enfrentamento deste objeto de estudo à mercê da interpretação individual de cada escola e professor/professora. Sem um direcionamento, muitos/muitas educadores/educadoras sentem receio de falar sobre as sexualidades em sala de aula, seja por falta de entendimentos, seja por medo de sofrer represálias da comunidade escolar. Como apontam Sartori (2022) e Garbarino (2021), essa lacuna contribui para a fragmentação do tema no ambiente escolar, reforçando desigualdades no acesso à informação e ampliando a vulnerabilidade de adolescentes que dependem da escola para obter conhecimento sobre as sexualidades.

Para enfrentar esses desafios, é necessário que políticas públicas sejam reforçadas para assegurar que a educação sexual seja trabalhada de forma contínua nas instituições de ensino. A introdução da educação sexual deve ser

¹⁰ LGBTTTQIAPN +: Sigla que representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Inclui Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras variações. (Jesus, 2012).

abordada de forma integrada no currículo, o que pode contribuir para uma abordagem mais contextualizada. Em vez de limitar o tema às disciplinas de Ciências e Biologia, este objeto de estudo pode ser explorado em diversas áreas do conhecimento, como História, Sociologia e Língua Portuguesa, possibilitando discussões sobre cultura, direitos humanos e relações interpessoais. Essa metodologia permite que os/as estudantes compreendam as sexualidades em suas múltiplas dimensões, evitando a redução à perspectiva biomédica, que se limita a enxergar as sexualidades apenas sob o ponto de vista biológico, focando em aspectos como anatomia, fisiologia e reprodução. Essa visão restrita ignora outras dimensões fundamentais, como as influências psicológicas e sociais. Assim, esse modelo favorece a criação de espaços de diálogo que integram diferentes saberes, tornando o aprendizado mais significativo e conectado à realidade dos/das alunos/alunas.

Diante desses desafios, algumas ações devem ser implementadas para fortalecer a relação entre escola e família e promover um ambiente mais acolhedor para a educação sexual. Uma dessas ações é a adaptação cultural e linguística das abordagens educativas. Dessa forma, reconhecer as especificidades culturais e linguísticas de cada comunidade pode ampliar a recepção das informações sobre sexualidades e facilitar o diálogo entre escola e família. Cada comunidade possui valores, crenças e formas de comunicação próprias, o que impacta diretamente a maneira como as informações sobre sexualidades são compreendidas.

A orientação docente contribui para que este objeto de estudo seja tratado de maneira embasada, sem reforçar estereótipos ou discursos moralizantes. Como salienta Moizés e Bueno (2010), a formação continuada dos/das professores permite que eles/elas desenvolvam abordagens mais amplas e contextualizadas sobre a educação sexual, respeitando a diversidade de vivências dos/das estudantes e fortalecendo a relação de troca com a comunidade escolar.

Outra estratégia é a criação de espaços de diálogo entre escola e família. A realização de palestras, rodas de conversa e materiais educativos pode ajudar a reduzir resistências e esclarecer dúvidas sobre o que envolve a educação sexual.

Segundo Araújo e Lima (2024), quando as famílias têm acesso a informações embasadas, há uma maior aceitação sobre a importância do tema na formação dos/das adolescentes.

Por fim, a avaliação contínua das estratégias adotadas podem ajudar a identificar desafios, compreender a receptividade das ações e ajustá-las conforme as necessidades da comunidade escolar. A criação de um ambiente de diálogo deve ser compreendida como um processo dinâmico e em constante transformação. Diferentes participantes — como educadores/educadoras, alunos/alunas, famílias, profissionais da saúde e líderes comunitários — contribuem com estratégias que levam em conta múltiplas realidades e formas de compreensão das sexualidades.

Dessa maneira, mais do que tentar estabelecer uma correspondência exata entre a educação sexual e as vivências dos/das adolescentes, é fundamental reconhecer que cada sujeito interpreta essas discussões de maneira singular. Por isso, é necessário pensar em estratégias que possam ser revisadas e reformuladas à medida que novas questões e desafios emergem. Assim, a educação sexual não se limita a um conjunto fixo de informações, mas se mantém em constante construção, acompanhando as transformações sociais e as múltiplas formas de vivência das sexualidades.

Considerações Finais

Este estudo analisou os desafios enfrentados pela escola e pela família na transmissão de conhecimentos sobre educação sexual, considerando fatores culturais, sociais e institucionais que impactam sua implementação. A pesquisa possibilitou perceber que a resistência ao objeto de estudo não se manifesta de maneira uniforme, mas varia de acordo com contextos específicos, envolvendo diferentes disputas ideológicas, estruturais e subjetivas.

Ao longo da análise, foi possível observar que a ausência de diretrizes nas políticas educacionais contribui para que a educação sexual seja trabalhada de forma desorganizada nas escolas. Esse fator não apenas dificulta a articulação

entre escola e família, mas também impacta a formação dos/das adolescentes, que muitas vezes recorrem a fontes externas nem sempre confiáveis para obter informações sobre educação sexual. A fragmentação desse debate dentro do espaço escolar mostra tensões que vão além da instituição de ensino, evidenciando um contexto social no qual as sexualidades ainda são vistas como um assunto delicado e, por vezes, controverso.

Um aspecto importante que emergiu na pesquisa foi a diversidade de experiências e percepções sobre a educação sexual. Enquanto alguns grupos ainda associam o tema a questões de valores tradicionais, o cenário geral evidencia que a educação sexual não deve ser pensada de forma homogênea, mas sim adaptada às diferentes realidades socioculturais, reconhecendo as especificidades de cada contexto, sem desconsiderar os direitos dos/das adolescentes ao acesso à informação.

A pesquisa também mostrou que a resistência ao objeto de estudo não se limita ao ambiente familiar, mas está presente no cotidiano escolar, impactando o trabalho docente. As inseguranças de alguns/algumas professores/professoras em tratar as sexualidades, seja por falta de formação específica, seja por receio de reações adversas, demonstram que o problema não está apenas na ausência de conteúdos sobre o assunto, mas também nas condições em que eles são trabalhados. O espaço escolar não está isolado das dinâmicas sociais e políticas que influenciam o debate público sobre a educação sexual, o que reforça a necessidade de um olhar mais atento para as condições de aprendizagem e para a construção de estratégias que ampliem as possibilidades de ensino deste objeto de estudo.

Outro ponto que merece destaque é a relevância de expandir a educação sexual para que não fique restrita à lógica da prevenção, ampliando seu alcance para a discussão sobre direitos, relações interpessoais e identidades. A forma tradicional de discutir essa temática, muitas vezes restrita a aspectos biológicos e riscos associados às sexualidades, limita a compreensão dos/das adolescentes sobre suas próprias vivências e subjetividades. Nesse sentido, iniciativas que

promovam debates interdisciplinares e considerem a diversidade de experiências dos estudantes têm o potencial de favorecer um aprendizado mais significativo.

Embora este estudo busque contribuir para a compreensão das dificuldades enfrentadas pela escola e pela família na educação sexual, há questões que ainda precisam ser mais exploradas. A relação entre políticas públicas e as práticas pedagógicas, por exemplo, merece investigações mais aprofundadas, considerando como diferentes escolas interpretam e colocam em prática as diretrizes existentes. As pesquisas que busquem compreender a perspectiva dos/das adolescentes sobre sua formação em sexualidades podem trazer novos elementos para a construção de propostas mais relevantes às suas necessidades.

Por fim, este estudo não se encerra em si mesmo, mas se insere em um debate contínuo sobre a importância da educação sexual e seus impactos na formação dos/das adolescentes. Ao reconhecer que esse processo é dinâmico e sujeito a transformações sociais, reafirma-se a necessidade de que o diálogo sobre este objeto de estudo continue se expandindo, possibilitando novos entendimentos e perspectivas sobre como construir um ambiente educacional e familiar mais respeitoso e aberto às múltiplas vivências e identidades dos/das adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Giovana Lília Lemos de; LIMA, Deyseane Maria Araújo. **Perspectiva dos pais sobre educação sexual relacionada à violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar em uma escola de Fortaleza.** Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, v. 11, n. 26, p. 92-113, jan./mar. 2024.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. **Gênero e sexualidade na BNCC:** possibilidades para implementação da disciplina "Educação para Sexualidade" na Educação Básica. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 7, n. 3, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/65331>.

ARAÚJO, Vinícius Gurgel; LARA, Caio Augusto Souza. **A mordaca do conservadorismo:** violação de direitos e educação sexual no Brasil. Percurso, v. 3, n. 30, jul./set. 2019. DOI: 10.21902/RevPercurso.2316-7521.v3i30.3638.

ATALIBA, Patrick; MOURÃO, Luciana. **Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas**. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2018.

BAGAGLI, Beatriz; VIEIRA, Thiago. **Cisgeneridade**: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, p. e72371, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BtLpSzcY7BJx7t4nz6vSvC/>. Acesso em: 25/03/2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.286**, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescent-e-lei-8069-90>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/pse>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CORRÊA, Sonia; ROSALIND, Petchesky. **Direitos sexuais e reprodutivos**: uma perspectiva feminista. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 6, no 1–2, 1996, p. 147–77. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/abstract/?lang=pt3https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/controlar/>

COUTO, Isabela do; MIRANDA, Jean Carlos. **Educação Sexual Nas Escolas: Uma Necessidade**. Boa Vista: Editora BOCA, nº 22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7151234>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMAN, F.; COSTA, C. B.; MARINI, A. H. **Educação sexual em escolas brasileiras**: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de*

Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084>.

GABARINO, Mariana Inés. **O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância**. Cadernos Pagu, n. 63, e216316, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630016>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GONÇALVES, Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, J. G. **Orientação sexual e identidade de gênero: conceitos, significados e implicações**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist/sintomas-das-ist>. Acesso em: 21/03/2025.

MOIZÉS, Julieta; BUENO, Sonia Maria Villela. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. 1, p. 205-212, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jdsci/a/h9THHGGtqgG>.

MONTARDO, Jorge Luiz. **Gravidez em adolescentes**. *Contexto e Educação*, Editora Unijuí, ano 19, nº 71/72, jan./dez. 2004, p. 93-109. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2004.71-72.93-109>

OLIVEIRA, P. W. L.; LEITE JUNIOR, F. F.; NASCIMENTO, F. A. **Adolescência e a família: desafios para uma educação sexual dos/as filhos/as**. Revista Café com Sociologia, v. 6, n. 2, p. 229-249, 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/download/786/pdf/3091>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Adolescent development**. WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/adolescent-health>. Acesso em: 17 fev. 2025.

OSÓRIO, L.C. **Adolescência e puberdade: aspectos biopsicossociais**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 14, n. 1, p. 51-55, 1992

RICARDO, Hemanuely Teixeira; BRUNO, Jéssica Santos; ANDRADE, Alcillene Lopes de Amorim. **Sexualidade na adolescência: como escola e família têm lidado com este tema?** Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 10, 2023.

SARTORI, Thiago Luiz. **Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade:** marginalização da educação sexual na BNCC. Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 23, n. 00, e022001, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558>.

TIBA, Içami. **Adolescência: o despertar do sexo.** São Paulo: Editora Gente, 1985.